

**TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO QUE ATENDA AO PREVISTO NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4963/2021.**

Nos termos da Resolução CMN nº 4.963/2021, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento da Instituição administradora dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos do regime. A Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, perfil ético de conduta e aderência à rentabilidade e indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos na referida legislação que dispõe que "a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em Termo de Análise de Credenciamento e de Atestado de Credenciamento", conforme modelo disponibilizado no site da SPREV.

A principal alteração promovida pela Resolução CMN nº 4.963/2021 é permitir novas aplicações de recursos dos RPPS apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação da LMN. O comitê de auditoria, de que trata a Resolução LMN nº 3.155, de 2014, é órgão estatutário fundamental ligada à alta administração das instituições, e tem como objetivo estabelecer as melhores práticas de governança corporativa relacionadas a todas as atividades desempenhadas em seu ambiente de negócios. As instituições financeiras obrigadas a constituir comitê de risco, por sua vez, devem reforçar as práticas de governança no gerenciamento de riscos de suas operações, inclusive aquelas relacionadas à prestação dos serviços de administração dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de risco, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 10% (dez por cento) dos recursos sob sua administração, com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecimento e competência na administração de recursos deturcados pelo mercado.

Na prática do mercado, esses comitês estão mais relacionados aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de risco, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 10% (dez por cento) dos recursos sob sua administração, com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecimento e competência na administração de recursos deturcados pelo mercado.

Por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/VM/AN/APREV, a SPREV e a CVM orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, que previu, com base na Resolução CMN nº 4.963/2021, que "a lista das instituições que atendem aos requisitos será divulgada no site da SPREV (www.preadencia.gov.br/regimes-propios/investimentos-de-rpps)". A lista divulgada pela SPREV, foi conferenciada com base nas informações repassadas pelo BACEN e referenciada às instituições registradas pelo CVM nos termos da Instrução CVM nº 558/2015. Foram divulgadas também orientações adicionais sobre lista e o atualizado da nota técnica relativa as perguntas e respostas sobre a Resolução CMN nº 4.

Considerando que o objetivo do CMN ao incluir esses requisitos para as aplicações das RPPS foi de conferir maior segurança e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos, entende-se que, a princípio, pode-se aplicar a essas instituições um modelo mais simplificado do Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes de RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receber os recursos de RPPS, assim, deverá também ser efetuada uma análise individualizada de cada fundo de investimento, conforme modelo "Formulário de Análise de Fundo de Investimento", a ser anexado ao presente termo (anexo), isso poderá ocorrer imediatamente, em data mais próxima à decisão de investimento, uma vez que o credenciamento é uma medida preventiva sem maior caráter de análise mais profunda, ou seja, mesmo que credenciados, os fundos e instituições ainda poderão ser analisados antes da aplicação.

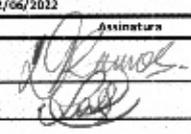
www.an.gov.br/credenciamento  
 www.bacen.gov.br/credenciamento  
 www.cvm.gov.br/credenciamento

**TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO Nº 1**

Número do Termo de Análise de Credenciamento		001/2022	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		137	
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS</b>			
Ente Federativo	BOA ESPERANÇA-ES	CNPJ	27.167.436/0001-26
Unidade Gestora do RPPS	INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA	CNPJ	36.352.334/0001-71
<b>CRITÉRIOS PREESTABELECIDOS PELO RPPS</b>			
Tipo de ato normativo/edital		Data	
Esclareço que não tenho conhecimento de qualquer fato ou processo intercorrido que tenha em caráter de suspensão temporária imposta por qualquer órgão do Administração Pública ou que algum considerável motivo impedindo a efetivação de governo ou similar que estejam sob intervenção, interdição, dissolução ou de fato de não respeito ou disponibilizar os documentos e informações, no que couber necessário ao credenciamento			
<b>INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA</b>		<b>ADMINISTRADOR</b>	<b>GESTOR</b>
Razão Social	Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	CNPJ	42.040.639/0001-40
Endereço	AV. PAULISTA, 2500/11º ANDAR - CJ 112 E 114 - CIRCULAR CESAR - SÃO PAULO/SP	Data Constituição	4/14/2021
E-mail (s)	atendimento@caixa.gov.br	Telefone (s)	(11) 3572-4600
Data de registro na CVM	8/30/2021	Categoria (a)	DISTRIBUIDORA / GESTOR / ADMINISTRADOR DE CARTEIRA
Data de registro no BACEN	9/27/2021	Categoria (a)	DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail
Júlio Alves Bittencourt		Gerente Executivo	julio.bittencourt@caixa.gov.br
Ciro Augusto Miguel		Gerente Executivo	ciro.miguel@caixa.gov.br
Gilmar Chapiewsky		Gerente Executivo	gilmar.chapiewsky@caixa.gov.br
Vinícius Tonidandel Borini		Gerente Executivo	vinicius.borini@caixa.gov.br
Instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º ou § 3º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010?		Sim	X
Documentos disponibilizados em site		Sim	X
Relação dos documentos referentes à análise da instituição (art. 6º E, II, Portaria MPS nº 319/2011):		Página Internet	
TIPO DE DOCUMENTO		Data de validade das certidões	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Certidão do Poderão Municipal			<a href="https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf">https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf</a>
2. Certidão do Poderão Estadual ou Distrital			<a href="https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf">https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf</a>
3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União			<a href="https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf">https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf</a>
4. Certidão quanto a Contribuições para a FCTIS			<a href="https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf">https://www.caixa.gov.br/Arquivos/Edicoes/042022.pdf</a>
<b>Classificação de Fundos de Investimento para os quais a Instituição foi credenciada</b>			
X	Art. 15, I, 1º	X	Art. 15, I, 1º
X	Art. 15, I, 2º	X	Art. 15, I, 2º
X	Art. 15, I, 3º	X	Art. 15, I, 3º
X	Art. 15, II	X	Art. 15, II
X	Art. 15, III, 1º	X	Art. 15, III, 1º
X	Art. 15, III, 2º	X	Art. 15, III, 2º
X	Art. 15, III, 3º	X	Art. 15, III, 3º
X	Art. 15, IV, 1º	X	Art. 15, IV, 1º
X	Art. 15, IV, 2º	X	Art. 15, IV, 2º





Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	FUNDOS ACOMPANHA, APROXIMA OU SUPERAM O BENCHMARK		
Crêrrios de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS	N/A		
Qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento	CAIXA ECONÔMICA É CONSIDERADA UMA DAS INSTITUIÇÕES MAIS SEGURAS E CONSOLIDADA NO MERCADO		
Outros critérios de análise	N/A		
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) instituição(s):			
EM ANÁLISE POR ESTE COMITÊ DE INVESTIMENTO, NÃO HÁ MOTIVADORES QUE DESABONEM O CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO EM EPÍGRAFE			
Local:	BOA ESPERANÇA- ES	Data:	12/06/2022
Responsável pelo Credenciamento:	CARGO	CPF	Assinatura
DOMINGOS RAMOS DE OLIVEIRA SOUZA	GESTOR DE RECURSO	979.033.967-49	
RONAN SCHUINA SILVA	MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO	147.325.167-26	
SEDRICK VASCONCELOS LOPES	MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO	117.217.287-00	
<p>[4] Este formulário tem por objetivo colher informações para a análise do credenciamento de instituições pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Não representa garantia ou compromisso de alocação de recursos sob a gestão ou administração da instituição, devendo a RPPS, ao efetuar a aplicação de recursos, certificar-se da observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência e os requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, e aderência à Política Anual de Investimentos e ao perfil das obrigações presentes e futuras do RPPS.</p>			
<p>[5] Somente para instituição que atenda ao previsto nos incisos I e II do § 2º ou § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.912/2010, conforme relação disponibilizada pela SPREV em: <a href="http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/instituiçoes-credenciadas/">http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/instituiçoes-credenciadas/</a></p>			